

## ACTA Nº 7

### Acta da Sessão Ordinária do dia 29 de Setembro de 2006

----- Aos vinte e nove dias do mês de Setembro de dois mil e seis, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho e na sua Sala de Sessões, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, sob a presidência do Senhor Jorge Domingues Camarneiro, secretariado pelo senhor Manuel Marcelino dos Santos Manangão e pelo senhor Óscar Lopes Francisco, respectivamente primeiro e segundo secretários. -----

----- Feita a chamada, verificou-se que faltaram à presente Sessão os seguintes deputados municipais: Hugo Jorge, Joaquim Plácido, Licínio Ramos, Manuel Bogalho, Maria Dulcília Sereno, Mário Pedrosa da Silva e Tony Richard.-

----- A senhora deputada Sílvia Santos substituiu o senhor deputado Hugo Jorge; o senhor deputado Paulo Alexandre Santos substituiu o senhor deputado Joaquim Plácido; o senhor deputado Manuel Reverendo substituiu o senhor deputado Licínio Ramos; a senhora deputada Rosa Martins substituiu a senhora deputada Maria Dulcília Sereno; o senhor deputado Manuel Nogueira substituiu o senhor deputado Manuel Bogalho; o senhor deputado Paulo Manuel Santos substituiu o senhor deputado Mário Pedrosa da Silva, que tem o seu mandato suspenso. -----

----- Da parte do executivo estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores, Carlos Neves, Albina Rocha, Fernando Capela, Marco Domingues e Manuel Frade. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou a acta da Sessão anterior à discussão. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro considerou que, apesar de o grupo municipal de CDS/PP não ter estado presente na última Sessão, enviou um comunicado que justificava essa mesma ausência e por este facto considerou que a acta não reflectia com o rigor necessário o motivo dessa mesma ausência, apontando algumas correcções. -----

----- O senhor Presidente da Mesa declarou que o documento que lhe foi enviado pelo Grupo Municipal do CDS/PP foi lido na íntegra no início da Sessão anterior, e que tinha assumido o erro e a responsabilidade da continuidade da Sessão, informando que as faltas que foram dadas não serão injustificadas, e confirmando as alterações à acta solicitadas pelo Grupo Municipal do CDS/PP. -----

----- A senhora deputada Luísa Maria Ribeiro Costa acrescentou que a Assembleia anterior funcionou irregularmente devido ao não cumprimento das datas das convocatórias. -----

----- De seguida foi colocada a votação a acta da Sessão anterior. -----

----- Realizada a votação a acta foi aprovada com cinco abstenções. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro apresentou, em nome do grupo municipal do CDS/PP, uma declaração de voto, que referia que o grupo tinha como intenção votar contra a acta da sessão anterior por considerar que a mesma não reflectia a veracidade dos factos que explicavam a ausência do grupo nessa mesma sessão por três razões: a primeira dizia respeito à omissão da fundamentação da tomada de posição por parte do grupo municipal; a segunda era que a acta continha afirmações deturpadas dos factos; a terceira era que não poderia haver marcação de faltas a elementos da assembleia que fossem irregularmente convocados. Dado que a Mesa aceitou incluir em acta a referida tomada de posição, o grupo municipal absteve-se. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou à discussão a acta da sessão extraordinária de dezanove de Maio de

dois mil e seis. -----

----- Realizada a votação a acta foi aprovada com quatro abstenções. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Mesa referiu-se à correspondência recebida e expedida, ficando a mesma ao dispor dos senhores deputados para eventual consulta. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- O senhor deputado Silvério Regalado esclareceu e justificou, lendo o artigo dezoito do regimento, o que tinha afirmado na sessão anterior, no que dizia respeito ao dia de atraso no envio da convocatória para essa mesma sessão. Lamentou os incêndios que assolaram o Concelho de Vagos, considerando a justiça portuguesa, pela falta de castigos severos, como a principal culpada de se continuar a assistir todos os verões ao problema dos incêndios. Felicitou o executivo pela animação de verão, ocorrida não só na Praia da Vagueira como na vila de Vagos e congratulou o vereador Marco Domingues pelo bom trabalho realizado ao longo destes meses. Por fim, questionou o executivo sobre qual a razão pela qual a questão das incompatibilidades deixou de ser discutida nas assembleias. ----

----- O senhor deputado José Lazaro começou por referir que tinha conhecimento que os alunos do ensino básico não tinham prolongamento de horário escolar, devido ao executivo ainda não ter as instalações necessárias para que isso pudesse ocorrer, questionando o executivo sobre a veracidade desta situação, e a sua previsível resolução. -----

----- O senhor deputado André Pinho informou do aparecimento de uma direcção, liderada pelo professor Luís Oliveira, para tomar conta dos destinos do Grupo Desportivo de Calvão, e felicitou ainda o apoio da Câmara na reabilitação no campo de jogos da referida associação. Questionou o executivo acerca das obras que decorrem no Barreiro, na freguesia de Calvão. -----

----- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos demonstrou agrado com o protocolo realizado entre a Câmara e o NEVA para a organização de um concurso de ideias relativamente à área envolvente da Zona Industrial, mas mostrou alguma preocupação com uma notícia que veio a público sobre o abate das árvores existentes no referido espaço. Outra questão que levantou dizia respeito à venda ambulante em Vagos, que neste momento é proibida, o que em termos de tradição e de protecção dos pregões é desfavorável, e revelou algum incómodo relativamente à publicidade de empresas que utilizando os anúncios sonoros dos carros para publicitar os seus produtos, fazem muito ruído, considerando que existe legislação para este tipo de publicidade e que não está a ser cumprida. Por último, e referindo-se ao artigo dezoito do regimento, considerou que uma pessoa só é convocada quando recebe a convocatória e não quando a convocatória é colocada no correio. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta começou por louvar a variante a Soza, pela rapidez com que a obra se está a realizar, considerando ser esta uma excepção a todas as outras obras públicas do Concelho. Congratulou-se pelo aparecimento de uma direcção para o Grupo Desportivo de Calvão, presumindo o empenhamento do presidente da Câmara na resolução deste problema. Lamentou o estado de abandono dos moinhos de S. Romão, que considera poderiam ser um motivo turístico importante do Concelho. Congratulou a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia por finalmente avançarem para a limpeza no Barreiro de Calvão. A terminar, manifestou a sua concordância com a

interpretação da senhora deputada Ana Maria Vasconcelos do artigo dezoito do regimento, relativamente à convocatória para as sessões da assembleia. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro, em nome do Grupo Municipal do CDS/PP, começou por referir a prática, usual em Vagos, da ausência da afixação da licença de construção nas diversas obras. Questionou o executivo sobre um prédio que está a ser construído em frente à igreja de Ponte de Vagos, onde gostaria de saber se a obra está licenciada e se cumpre o que está previsto no PDM. Agradeceu, em nome pessoal, à Câmara Municipal a limpeza das valetas na localidade onde habita e a intervenção na Praia Nova da Vagueira, nomeadamente no que diz respeito ao acesso ao areal. -----

----- O senhor Presidente da Câmara começou por explicar que a questão das incompatibilidades ficou completamente esclarecida com o parecer do Senhor Procurador de Justiça, que considera não existirem incompatibilidades, pelo que não faria sentido voltar a falar nesse assunto. Sobre a recuperação paisagística do Barreiro, começou por referir que o mais difícil terá sido concertar as vontades dos proprietários. Quando tal foi conseguido, há cerca de dois anos, começou-se a estudar uma solução para um projecto de recuperação, de modo a construir um parque de lazer. A proposta foi analisada por diversas entidades e diversas pessoas, e o que neste momento decorre é limpeza do espaço para que mais tarde o projecto seja implementado. Em relação ao corte das árvores na Zona Industrial, anunciou que a Direcção Geral dos Recursos Florestais irá apresentar um projecto de abate e reflorestação da mata de vagos, considerando que as arvores que serão abatidas na Zona Industrial serão uma gota de água, e que irão ser replantadas. Relativamente à venda ambulante, referiu que brevemente serão apresentadas propostas de regulamentos nas sessões da Assembleia, incluindo um que regulamentará essa actividade. No que diz respeito aos moinhos de S. Romão, afirmou que há um projecto turístico para este local e que privilegia a vigilância, manutenção e preservação dos moinhos. Quanto à ausência de licenças que deveriam estar afixadas, referiu que iria comunicar à fiscalização. Relativamente ao prédio junto à igreja de Ponte de Vagos, esclareceu que tinha sido parcialmente licenciado, tendo o proprietário violado o projecto aprovado. Entretanto a licença caducou e não foi renovada, aguardando-se a revisão e publicação do PDM para que se resolva este caso e outros existentes no Concelho. -----

----- A senhora vereadora Albina Rocha agradeceu a questão colocada e esclareceu que está tudo pronto, inclusive as instalações para o início do prolongamento do horário. O único problema reside no fornecimento de refeições, pois a Misericórdia de Vagos apenas garante cem refeições, faltando ainda quarenta e nove. A Câmara, juntamente com a Associação de Pais, estão a tentar arranjar solução. -----

----- O senhor vice-presidente Carlos Neves garantiu que as árvores da Zona Industrial não serão todas abatidas, e esclareceu que a Câmara solicitou o abate de trinta metros de perímetro em redor da Zona Industrial, para protecção da floresta e das fábricas. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro questionou o executivo se o proprietário do prédio da Ponte de Vagos teria sido autuado, por ter violado o PDM. -----

----- O senhor Presidente da Câmara confirmou que o proprietário foi autuado três vezes. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro afirmou, acerca desta questão, que no concelho de Vagos vale a pena prevaricar, pois viola-se o PDM e mesmo sendo autuado, a revisão do PDM irá resolver a questão. -----

----- O senhor Presidente da Câmara começou por condenar a insinuação da senhora deputada Dina Ribeiro, explicando que já há bastante tempo estava definido a adequação do PDM para aquele local, esclarecendo também que para o centro de todas as freguesias as regras irão ser as mesmas. -----

#### -----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- O senhor Presidente da Mesa apresentou uma proposta para que fosse acrescentado mais um ponto no período da ordem do dia, devido ao aparecimento, após o envio da convocatória, de uma circular da Associação Nacional de Municípios, a solicitar o parecer das Assembleias Municipais relativamente à Lei das Finanças Locais, colocando esta proposta à votação. -----

----- A senhora Ana Maria Vasconcelos considerou ser uma deliberação manifestamente ilegal o aditar de um ponto à ordem de trabalhos de uma Assembleia Municipal, depois de uma convocatória concluída. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro questionou os termos da redacção do ponto a acrescentar na ordem do dia, considerando ser este dado importante para a sua interpretação. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou a proposta à votação. -----

----- Realizada a votação, a proposta de acrescentar um ponto à ordem de trabalhos foi aprovada com seis abstenções e dois votos contra. -----

#### -----**PONTO UM – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALINEA e) DO ALINEA 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO.**---

----- O Senhor Presidente da Câmara deu a conhecer à Assembleia a actividade municipal, no período compreendido entre vinte e sete de Junho e vinte e cinco de Setembro de dois mil e seis. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado felicitou a Câmara pela resolução de mais um problema herdado do passado, problema esse que era relativo ao pagamento do fornecimento de alcatrão, à empresa Rosa Construtores, no ano de dois mil e um. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta fez votos que na próxima informação do senhor presidente estivesse o projecto de recuperação da rua de São Pedro, nas Cabecinhas. -----

----- O senhor deputado João Carlos Loureiro registou o apoio fornecido pela Câmara à freguesia de Soza, na realização de duas touradas e congratulou a coragem e determinação que os elementos da direcção do Sozense e da comissão de festas da Nossa Senhora dos Anjos, de Soza, tiveram em levar por diante esta iniciativa de tão grande envergadura. -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou que o alcatroamento da rua de São Pedro está previsto ainda para este ano. -----

#### -----**PONTO DOIS – ALIENAÇÃO DE TERRENOS NA PRAIA DA VAGUEIRA – APROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VENDA.**-----

----- O senhor Presidente da Câmara fez uma pequena introdução ao ponto, referindo que não era vocação da Câmara a construção de prédios nos lotes a alienar, mas sim valorizar o património municipal, afirmando que os mesmos lotes constam do inventário do património alienável presente no orçamento municipal, que foi aprovado pela Assembleia. Informou ainda que o valor base de licitação foi determinado pelos serviços técnicos com base nas regras existentes no código municipal sobre imóveis. -----

-----O senhor deputado José Lazaro começou por lembrar e demonstrar alguma estranheza que três dos lotes (310,311,312) foram em Agosto de dois mil arrematados por valores superiores aos que constam nas condições de venda actuais. Considerou também não ser esta a altura certa para a venda dos lotes, devido à crise no mercado imobiliário que se encontra instalada no país, declarando que a posição do grupo municipal de CDS/PP é abster-se na votação da alienação dos lotes, podendo no entanto a posição ser modificada caso a Câmara aumente a base de licitação dos lotes ou explique quais os motivos que levam a vender os lotes por valores mais baixos que no ano de dois mil. -----

----- O senhor Presidente da Câmara referiu que o Grupo Municipal do CDS/PP deveria antes perguntar as razões para, passados vários anos da adjudicação em hasta pública de três lotes na praia da Vagueira, estes não ainda não terem sido objecto de escritura de compra e venda entre a Câmara e o comprador. Explicou ainda que quem licitou os lotes foi o senhor José Arlindo e que o fez apenas com o objectivo de licitar e não comprar, pois o alvo era apenas o de impedir a Câmara de alienar esses mesmos lotes, pois havia o direito da família Parracho, à qual pertencia, sobre cinquenta por cento do valor licitado. O senhor Arlindo licitou até os outros concorrentes desistirem, e por valores completamente irrealistas ao seu valor de mercado, daí a razão para que os lotes em dois mil terem valores mais altos do que a base de licitação de agora.-----

----- O senhor deputado José Lazaro reforçou a ideia de nesta altura haver uma conjuntura imobiliária desfavorável para venda dos lotes, colocando a questão se a Câmara não poderia esperar por uma melhor oportunidade. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta considerou correcta a venda dos lotes, pois permite um encaixe financeiro para dar resposta a determinadas necessidades, e também para evitar recorrer a uma linha de crédito que leve a Câmara a aproximar-se do tecto da sua capacidade de endividamento. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro informou a Assembleia que o grupo municipal do CDS/PP iria votar favoravelmente, pelos interesses do município. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou à votação as condições de venda do lote 82. -----

----- Realizada a votação, as condições de venda do lote 82 foram aprovadas por unanimidade. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou à votação as condições de venda do lote 310. -----

----- Realizada a votação, as condições de venda do lote 310 foram aprovadas por unanimidade. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou à votação as condições de venda do lote 311. -----

----- Realizada a votação, as condições de venda do lote 311 foram aprovadas por unanimidade. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou à votação as condições de venda do lote 312. -----

----- Realizada a votação, as condições de venda do lote 312 foram aprovadas por unanimidade. -----

**-----PONTO TRÊS – EPADRAV – ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE VAGOS – CEDÊNCIA DE TERRENO-----**

----- O senhor Presidente da Câmara informou que a EPADRAV aguarda, desde 1993, uma área de 34 hectares que lhe foi cedida pelo então presidente Dr. João Rocha, e que carecia de desafectação de reserva ecológica e do regime florestal e do plano pormenor aprovado, estando neste momento reunidas as condições para respeitar os compromissos assumidos. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou à votação a cedência do terreno. -----

----- Após a votação, a cedência do terreno foi aprovada por unanimidade. -----

**-----PONTO QUATRO – DELIBERAÇÃO SOBRE O PARECER DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES. -----**

----- O senhor deputado Silvério Regalado começou por constatar ser um assunto bastante delicado, e considerou inconstitucional algumas partes da Lei das Finanças Locais, afirmando que a vontade do Governo é de cortar as pernas às autarquias, como se estas fossem as principais responsáveis pelo défice do Estado, baseando a sua afirmação no estudo da Deloitte e no parecer que foram apresentados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

----- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos justificou que neste ponto não poderia intervir como porta-voz da bancada do PS, pois não teve qualquer hipótese de contactar e discutir com o deputado Mário Tarenta este assunto. Assim, a título pessoal, considerou que sente uma ambivalência em relação à gestão dos dinheiros públicos pelo poder local, mas que iria votar favoravelmente este parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro lamentou só ter tido acesso aos pareceres e não à legislação e lamentou também o facto de os deputados do Grupo Municipal do CDS/PP não terem discutido este tema entre eles. Informou que o sentido de voto do grupo iria ser um voto de solidariedade para com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e, conseqüentemente, com a autarquia local. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta considerou que esta lei contraria a tão falada, por parte dos governos centrais, descentralização e a conclusão que tirou é que ela tenta asfixiar o poder local, o que não deve ser permitido pelos agentes locais, concordando inteiramente com a posição assumida pela senhora deputada Ana Maria Vasconcelos. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou o documento à votação. -----

----- Finalizada a votação, a subscrição do parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre a Lei das Finanças Locais foi aprovada por unanimidade. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao público presente. Interveio o senhor João Luís, de Santo António, para abordar a questão do Imposto Municipal sobre Imóveis e questionar o executivo para saber se

haveria alguma novidade acerca da alteração deste imposto no Concelho, dando alguns exemplos da disparidade existente entre o imposto cobrado nos concelhos vizinhos e em Vagos. -----

----- Usou também da palavra o senhor Manuel Alberto Ferreira, da Palhaça, que solicitou ao executivo algumas respostas a questões relacionadas com a Vagueira. -----

----- O senhor Presidente da Câmara começou por responder à questão do Imposto Municipal sobre Imóveis, afirmando que a Câmara fez uma proposta em trinta e um de Outubro de dois mil e cinco, solicitando à Direcção Geral de Contribuições e Impostos a autorização para proceder à alteração dos índices, não tendo ainda havido resposta. Referiu que se está a trabalhar numa nova proposta de zonamento, com a cooperação do técnico local de finanças. -----

----- Sobre as questões relacionadas com a Vagueira, afirmou que se tratava de um loteamento e que no caso da iluminação pública, só poderia responder com o processo na mão para com toda a certeza poder afirmar que a competência será da Câmara ou do loteador. Sobre as restantes questões, o senhor Presidente aconselhou o senhor Manuel Ferreira a marcar uma audiência, para esclarecer todas as dúvidas. -----

----- De imediato o segundo secretário, Óscar Lopes Francisco, procedeu à leitura da minuta da acta da presente Sessão. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou a minuta da acta à votação, tendo esta sido aprovada por unanimidade.-

----- E nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a Sessão da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----